

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
CURSO DE HISTÓRIA

Isadora Regina Celso Barbosa

**REPRESENTAÇÕES DO PAPEL DA MULHER NOS ESTUDOS DE  
NATALIE ZEMON DAVIS SOBRE A EUROPA MODERNA**

Passo Fundo/RS  
2019

Isadora Regina Celso Barbosa

**REPRESENTAÇÕES DO PAPEL DA MULHER NOS ESTUDOS DE NATALIE  
ZEMON DAVIS SOBRE A EUROPA MODERNA**

Trabalho de conclusão de curso de graduação  
apresentado ao Instituto de Filosofia e Ciências  
Humanas da Universidade de Passo Fundo  
como requisito parcial para a obtenção do título  
de Licenciada em História.

Orientadora: Prof. Dra. Ironita Policarpo  
Machado

Passo Fundo/RS

2019

## AGRADECIMENTO

Agradeço, primeiramente, a minha família, minha mãe Mercedes Celso, meu pai Nereu Barbosa e minha dinda Delsir Celso. São pessoas que nunca mediram esforços pra me ajudar em todas as etapas da minha vida. Mesmo com a distância, com as dificuldades financeiras e com a saudade, eles sempre zelaram pelo meu bem-estar, apoiando minhas escolhas e meus caminhos a seguir. Meus familiares de Passo Fundo também entram nesse agradecimento, pois sem o acolhimento deles eu não estaria onde estou.

Minha mãe, agora professora de História aposentada, sempre foi minha maior inspiração, e eu dedico este trabalho de conclusão a ela, por sempre ter sido tão paciente e nunca ter desistido de mim, mesmo quando eu já havia.

Agradeço as minhas amigas de longa data: Emily Evangelista, Chayenne Bresolin, Crislaine de Cezaro, Stefanie Evangelista, Marina Pergher, Carolina Perutto, Júlia Campestrini e Julia Bavaresco, por estarem sempre ao meu lado e compreendendo meus momentos de ausência e tensão. Esse apoio, sem dúvida, fez toda a diferença para o “fazer” deste trabalho.

Agradeço, também, a minha segunda família de Passo Fundo, que foram os amigos que me acolheram como irmã. Em especial meu agradecimento vai a Ana Carolina Lorenzet Galvan e ao Mateus Picolotto, amigos que nunca mediram esforços para me ajudar e estar ao meu lado em todos os desafios, cedendo o ombro para as alegrias e as tristezas.

Agradeço ao Carlos Evangelista, meu amigo, companheiro e namorado, por ser minha âncora e meu norte em todos os momentos de angústia e por comemorar comigo com tanta felicidade as conquistas diárias.

Agradeço às professoras, principalmente as de História e as Diretoras e Diretores que passaram por mim na Escola Estadual de Ensino Médio Bandeirante, onde pude construir quem sou durante muitos anos de estudo e vivências.

Por fim, mas não menos importante, agradeço às professoras e aos professores do curso de Licenciatura em História da Universidade de Passo Fundo, todas e todos foram essenciais para minha formação enquanto educadora e ser humano. A minha orientadora Prof. Dra. Ironita Policarpo Machado, eu dedico todo meu carinho e admiração. Obrigada por ser tão paciente e compreensiva, sem ti, eu não conseguiria.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>5</b>
<b>CAPÍTULO I: O contexto social de inserção da autora e das obras</b> .....	<b>12</b>
1.1 O percurso crítico de Natalie Zemon Davis .....	12
1.2 O contexto social e teórico das obras .....	16
<b>CAPÍTULO II: Nas margens: três mulheres do século XVII e Histórias de Perdão e seus narradores na França do século XVI</b> .....	<b>21</b>
2.1 O mundo em transformação .....	21
2.2. Cartas de Remissão - Histórias de Perdão e seus narradores na França do século XVI .....	24
2.3 Nas margens: três mulheres do século XVII .....	27
<b>CAPÍTULO III: Representações da mulher e do feminino na historiografia de Natalie Zemon Davis</b> .....	<b>30</b>
3.1 Representações das mulheres nas Cartas de Remissão.....	30
3.2 As mulheres “nas margens” .....	35
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>41</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>44</b>

## INTRODUÇÃO

“Numa época elas foram de carne e osso; depois deixaram apenas lembranças, retratos, seus textos e sua arte” (Natalie Zemon Davis, *Nas Margens*).

O período Renascentista é um momento marcado por diversas transformações no âmbito social e cultural, conjugando a “dialéctica do mistério e da clareza, da credulidade e do espírito crítico, da fantasia e do rigor, da vitalidade e do método nas mãos do historiador” (DELUMEAU, 1984, p. 125), passível de diversas análises historiográficas. As concepções de humanidade tinham suas heranças na Idade Média, fazendo com que os indivíduos desse período tivessem “medos das bruxas, mas se divertissem com o ocultismo” (DELUMEAU, 1984, p. 127), como, também, provocando diversas contradições sociais que permeiam o período acerca da imagem da mulher.

É sob a égide desta perspectiva temática, deste período histórico, compreendido entre os séculos XV e XVII, que pesquisaremos quais eram os papéis que as mulheres assumiam no Renascimento<sup>1</sup>, realizando uma análise historiográfica das narrativas históricas dos livros de Natalie Zemon Davis: *Histórias de Perdão e seus narradores na França do século XVI* (2001) e *Nas margens* (1997); nestas obras, a autora utiliza do diálogo entre História e Literatura como uma vertente da História Cultural, sendo possível, portanto, discutir sobre sua corrente teórica na escrita do texto histórico, partindo do conceito de representação.

No começo do século XX, por meio do movimento dos *Annales*, a proposta de renovação historiográfica é desenvolvida na França, buscando ampliar as fontes históricas, criticando as produções ditas tradicionais. Nesse sentido, a partir do contexto de transformações, ganha destaque o movimento historiográfico denominado História Cultural. Através dos estudos de Peter Burke, visto como um dos precursores, entende-se por História Cultural o conjunto de interpretações, debates e conflitos de tradições culturais compartilhados por uma sociedade (BURKE, 2005, p.8). Buscando os aspectos linguísticos, religiosos, familiares, etc., esse tipo de produção histórica pretende construir representações de determinada cultura em determinado espaço temporal. Para a História Cultural cabe, portanto,

---

<sup>1</sup> O Renascimento foi um período de importantes transformações artísticas, culturais e científicas, que ocorreu na passagem da Idade Média para a Idade Moderna na Europa, tendo seu berço na Itália nos séculos XIV à XVI.

tentar compreender as significações das práticas cotidianas de uma dada época, ou seja, “a História Cultural se torna, assim, uma representação que resgata representações, que se incumbe de construir uma representação sobre o já representado” (PESAVENTO, 2003, p. 43). E nesse movimento de recuperação de representações, o historiador se depara com o “outro”, por meio dos documentos e das fontes acessadas. Para Chartier, assim como para Pesavento, as representações são demonstradas por meio do discurso. Todavia, Chartier ressalta que as formas diferentes que os indivíduos aprendem e utilizam os discursos é que dão a ver e a pensar o real, uma vez que para ele as leituras dos discursos feitas pelos sujeitos e a consequente produção de sentido são determinadas por certos processos entre texto e leitor, ou seja, “representação que os indivíduos e os grupos fornecem inevitavelmente através de suas práticas e de suas propriedades faz parte integrante de sua realidade social. (CHARTIER, 2002, p. 177)

Assim, o modo de empregar o discurso deve ser observado, pois é construído historicamente. A partir disso, nota-se que a História Cultural faz maior uso das manifestações populares para análises e construções do que somente as representações ditas cultas e clássicas. Apesar de manter seu foco em elementos culturais, esse movimento também aborda questões sociais para conseguir compreender as práticas culturais diversas presentes em uma mesma sociedade.

Natalie Zemon Davis integra um grupo de historiadores, tal quais Carlo Ginzburg, Roger Chartier e Robert Darnton, que, a partir de suas trajetórias e abordagens, identificam-se como praticantes da história cultural. Eles atingiram sua maturidade intelectual na década de 1960, tendo a França como sua referência cultural e espaço de pesquisa, focando em temas da cultura até então considerados sem relevância para a história. (SERNA; PONS, 2005, p. 249)

Além de trabalhar com a história cultural e história social, Natalie Davis é adepta da “história vista de baixo”<sup>2</sup>, da micro história e também vista como pioneira na área da história das mulheres. Com todas essas referências acerca da sua trajetória intelectual, o que chama atenção em seus trabalhos é a forma como pratica a historiografia, trabalhando com certo encantamento perante as curiosidades do passado, trazendo perspectivas novas para a História. Ela afirma que prefere “ser vista como uma intelectual que trabalha de modo crítico, pois o crítico é menos excludente e implica maior amplitude”. (DAVIS, 2000, p. 114)

---

<sup>2</sup> O artigo, com o título “História vista de baixo”, encontra-se na coletânea *The Essencial E. P Thompson*. New York: The New Press, 2001.

O compromisso de Davis em produzir uma história de cunho social, e (re)pensando as teorias de Marx, fica evidente em seus textos, uma vez que ela pretende compreender o sentido que determinadas maneiras de viver tinham para quem as vivia, manifestando ter apreço pelo - como ela mesmo diz - “conceito de múltiplos eixos em torno dos quais uma sociedade se organiza e se move, o que contrasta com meu modelo marxista bidimensional” (DAVIS, 1997, p. 17), ou seja, configurando assim uma perspectiva analítica que leva em conta o processo dos sujeitos e suas construções no campo social e das ideias.

Nesse percurso intelectual crítico, Davis aderiu à perspectiva antropológica para tratar da história das mulheres no passado, sendo contribuinte da aproximação entre a história e a antropologia e, principalmente, a literatura, uma vez que a atenção à narrativa, segundo Davis, devia captar o leitor e fazer do ato da comunicação um momento chave de investigação (DAVIS, 2000). Com isso, Davis, em 1995, lança o livro *Nas margens*, o qual trata da vida de três mulheres do século XVII: Glikl bas Judah Leib, uma judia, Marie de l’Incarnation, freira ursulina, e Maria Sibylla Merian, naturalista e pintora. Davis teve o compromisso, nesse livro, de não ver essas mulheres como vítimas passivas de uma sociedade dominada por valores masculinos e buscou, com muita sensibilidade, reconstituir a vida dessas três mulheres, por meio de cartas por elas deixadas e através de escritos pessoais, fontes essas que deixam clara em sua trajetória o nascimento do mundo moderno.

O outro livro, com o qual trabalhamos nesta pesquisa, é *Histórias de Perdão e seus narradores na França do século XVI*. Lançado em 1987, na obra, Davis analisa cartas de perdão ou remissão do século XVI, as quais eram instrumentos jurídicos em que os súditos solicitavam clemência ao seu Rei. Já na introdução do livro, a autora deixa claro o discutido acima: embora tenha aprendido que historiadores devem deixar elementos ficcionais de lado para poder atingir fatos reais por meio de métodos científicos, nessa obra em si o centro da análise foram justamente os aspectos ficcionais, uma vez que Davis compreendia que ficção não significava falsidade, mas sim as percepções dos indivíduos do século XVI acerca de seu mundo e como narravam os acontecimentos.

A necessidade de considerar o “documento enquanto monumento” (TEVES, 2002, pg. 65) significa pensar o documento não somente como vestígio do passado, mas sim como representação de mundo do seu autor, como uma construção cognitiva intencional capaz de produzir uma memória ou memórias selecionadas para permanecer na história. A literatura permite o acesso do historiador a uma época, ao modo com o qual as pessoas pensavam o mundo

e a si próprio, bem como os valores que as guiavam, os medos, os preconceitos, etc., sendo fonte importante para a leitura do imaginário, fornecendo espaços para se pensar como e por que as pessoas agiam de tal forma, auxiliando na compreensão da narrativa histórica.

Essa narrativa histórica abre possibilidades de notar as especificidades do que separa um texto histórico de um ficcional. Segundo Jurandir Malerba (2016, pg. 22-23), há pontos a se considerar acerca da narrativa: a) a narrativa histórica como um modo de explicação; b) as narrativas como histórias de ação; c) o realismo histórico na narrativa; d) as considerações literárias e ficcionais sobre o passado. Nesse sentido, o que mais interessa para essa pesquisa são os aspectos metodológicos dos itens “a” e “d”, pois nas obras de Davis existe o diálogo com a literatura a partir dos documentos existentes utilizados como fonte, ou seja, há um “papel da lógica e da estética na construção de totalidades narrativas na historiografia” (MALERBA, 2016, pg. 27), uma vez que o historiador narra o passado a partir de uma informação primária para formar a totalidade histórica.

Dentro da experiência literatura-história também é necessário compreender sobre a linguagem, essa podendo ser social ou individual e com sua carga de subjetividade, “possibilitando a trindade discurso, memória e identidade” (AQUINO in: AQUINO et al, 2016, pg. 29). Perceber o homem enquanto sujeito possibilita essa experiência textual da (inter)subjetividade, tornando-o protagonistas da linguagem e essa sendo vista como locutora da vida, ou seja, a linguagem não é somente língua-discurso no sentido enunciativo, mas sim algo que possibilita produzir conhecimento sobre o homem (BENVENISTE, 1995, pg. 37). A partir dessa lógica, a língua se constitui através dos símbolos culturais que o indivíduo possui, podendo afirmar que “a língua se constitui como um mecanismo de significação” (AQUINO in: AQUINO et al, 2016, pg. 35), por isso todo esse conjunto semântico deriva do sistema de valores de uma sociedade, sendo expressos na língua e tornando-se, posteriormente, em discurso.

Pode-se afirmar que o discurso é lugar de constituição de memória e identidade, como nos lembra Agamben (2008, p. 68,): “o humano propriamente nada mais é que esta passagem da pura língua ao discurso; porém este trânsito, este instante, é a história”. E essa reflexão está totalmente vinculada à condição humana de simbolizar na linguagem, já que aquele que representa a linguagem faz nascer em seu discurso a experiência do acontecimento, e aquele que ouve recria, criando um movimento de constantes reformulações por meio de discursos, já que “cada vez que a palavra expõe o acontecimento, cada vez o mundo recomeça. Nenhum

poder se igualará jamais a esse...” (BENVENISTE, 1995, p. 31). Portanto, nota-se que é a partir do simbólico na linguagem que permite que o discurso seja constituinte da memória e identidade. Nas palavras de Machado e Reichert:

La cuestión es que, en la narrativa histórica, encontramos contenidos temporales correspondientes a los acontecimientos pasados y a su enunciado/discurso, los cuales, a partir del programa metodológico definido por el historiador, traducen una concepción de historia, un diseño de identidad, permitiéndonos problematizar la plausibilidad científica de su contenido y su significación sociocultural. [...]entre tantas cuestiones, destacamos un elemento nuevo de comprensión que proporciona un modo de ver acerca de la relación entre la historia, como proceso social y como disciplina, y la literatura, como una forma de expresión artística de la sociedad poseedora de historicidad y como fuente documental para la producción del conocimiento histórico. (2018, pg.138)

Nesse sentido, para Bourdieu (1989) os sistemas simbólicos só exercem poder de estrutura na história porque seu poder é construtor de realidades, ou seja, esse poder simbólico constituinte de memória e identidade tem, explicitamente, uma função social e política “de instrumentos de imposição ou legitimação da dominação [...] de uma classe sobre a outra” (BOURDIEU, 1989, pg. 11). Enfim, as narrativas, como símbolo, traduzem-se num lugar onde se articulam o social e sua representação, pois a memória enquadrada na escrita retorna ao cotidiano como um jogo político pela construção/reconstrução/manutenção de identidade social e cultural. Assim, constitui um bem simbólico num jogo sociocultural pela manutenção da legitimidade do poder narrativo de três elementos que serão objeto deste estudo: o autor dotado de poder cultural, pela capacidade de captar os movimentos históricos de seu tempo, pela sua formação e percepção social; os protagonistas das narrativas, as mulheres no contexto renascentista, representação elaborada pela autora, bem como o marco sistema simbólico da definição de lugar sociocultural, fruto de transformações materiais, mentais e definição de mundo social renascentista.

Diante dessas prerrogativas, o presente trabalho tem como seu objetivo principal analisar as representações sobre o papel da mulher na Europa Moderna nas obras de Natalie Zemon Davis: *Histórias de Perdão e seus narradores na França do século XVI* (2001) e *Nas margens* (1997), as quais são as fontes desse trabalho, a partir da problematização de sua plausibilidade científica e a sua significação para as representações socioculturais.

A análise será possível utilizando o método da matriz disciplinar da História (RÜSEN, 1987, p, 15), o qual corresponde à interrelação sistemática de cinco fatores, necessários, cada um por si, e suficientes, no seu conjunto, para organizar o conhecimento histórico como processo cognitivo e, no caso desta pesquisa, para a análise historiográfica. Os cinco fatores são: a) contexto social do historiador; b) orientação teórica; c) regras metódicas; d) narrativa e representação histórica; e, por fim, e) a função do conhecimento histórico no contexto sociocultural. Neste estudo, trataremos dos seguintes vetores: contexto social de inserção e influência nas pesquisas de Davis e, conseqüentemente, de suas obras; as narrativas das obras, protagonistas e contextos abordados; e, por último, as narrativas e representação histórica sobre as mulheres na renascença.

Os procedimentos adotados para a identificação e análise dos três fatores da matriz disciplinar da história, nas duas obras, serão trabalhados em três capítulos: no primeiro capítulo, localizamos as obras em seu contexto social de produção historiográfica, bem como a autora, procedendo ao fichamento dos dados catalográficos individuais e do conjunto, elaboração de fichas para cada fator da matriz, com elementos específicos a serem identificados; então discutimos a influência teórico-metodológica sobre a formação da autora e, como resultado, as duas obras de análise, fruto de um momento de transição de formas de conceber, proceder e interpretar a história, ou seja, detivemo-nos no levantamento dos dados biográficos da autora, de suas motivações historiográficas. No segundo capítulo, analisamos as obras; as narrativas, protagonistas e contextos abordados. E, por último, no terceiro capítulo, centramo-nos na justaposição e comparação relacional dos dados, apresentados e analisados no segundo capítulo, entre as duas obras dos elementos constitutivos narrados e identificados individualmente, sobre os quais lançamos nossa problemática referente às representações elaboradas sobre as mulheres renascentistas, orientada por variáveis que se constituíram das perguntas formuladas para a investigação (RÜSEN, 1987, pg. 17) sobre as representações acerca das mulheres.

Dessa forma, a partir das especificidades das estratégias anteriormente elucidadas, bem como do problema definido para nossa investigação, será possível a interpretação historiográfica, tendo como procedimento metodológico a estratégia didática, ou seja, a interpretação e a operação das fontes de forma complexa, tendo em vista teorizar os contextos históricos e historicizar os fatos (RÜSEN, 2014, p. 186), pois a interpretação conecta os acontecimentos do passado por meio da intersubjetividade assumindo sua função explicativa, sendo possível avaliar/mapear as mudanças estruturais do pensamento histórico e

historiográfico, como também abordar articulações do imaginário social e as redes de significações no contexto social sobre o protagonismo das mulheres na Europa renascentista.

## **CAPÍTULO I: O contexto social de inserção da autora e das obras**

Na década de 1980, a História sofreu diversas transformações na forma de interpretar e escrever. Natalie Zemon Davis é precursora em sua área devido à forma como trata a história e também porque suas fontes são inovadoras. Nesse sentido, o presente capítulo visa expor a trajetória da autora na historiografia, bem como compreender o contexto social dessa produção historiográfica em que as obras foram escritas, identificando as influências teórico-metodológicas que Davis tem e, por fim, interpretar essa história que deu resultado às duas obras em análise.

### **1.1 O percurso crítico de Natalie Zemon Davis**

Natalie Zemon Davis nasceu em 1928, na cidade de Detroit nos Estados Unidos e era de família judaica. Seus estudos iniciaram em Harvard e ela fez seu doutorado na Universidade de Michigan. Em sua autobiografia, *A life of learning*, Davis fala de sua aproximação com o marxismo desde a juventude, mesmo tendo crescido em um ambiente conservador, o que ela admite que foi uma verdadeira revelação (DAVIS, 1997). Seu interesse pela história social surgiu a partir da leitura de Marc Bloch, interessando-se pela vida de homens comuns, resultando em seu primeiro estudo sobre uma revolta ocorrida em uma pequena cidade inglesa no século XVI e pela vida da cidade de Lyon, com seus motins rurais, greves urbanas e disputas religiosas. (DAVIS, 1997, p. 11)

Em 1950, Natalie Zemon Davis e seu marido Chandler Davis tiveram seus passaportes confiscados por não terem feito o juramento anticomunista dos Estados Unidos, em plena Guerra Fria, Chandler Davis até foi preso por alguns meses. A situação de vida deles melhorou quando se mudaram para o Canadá e ambos foram contratados pela Universidade de Toronto. Após esse período conflituoso, Davis retornou aos Estados Unidos e lecionou em diversas universidades, das quais a mais famosa foi Princeton. A historiadora recebeu diversas homenagens de instituições e universidades nos EUA, sendo eleita *Fellow of the American Academy of Arts and Sciences* e *Corresponding Fellow of the British Academy*, presidente da *Society for French Historical Studies da American Historical Association*, e ainda, vice-presidente do *International Congress of Historical Sciences*. Em 2010, recebeu o prestigiado prêmio *Holberg International Memorial*. (DAVIS, 1997, p. 6)

Davis, além da praticante da História Cultural, também é adepta da História Social, uma vez que seu objeto de estudo são os indivíduos da França renascentista e seu dia a dia, costumes, sentimentos, etc., tendo a constante preocupação de compreender que sentido as maneiras de viver tinham para quem as vivia. A historiografia francesa na década de 1950 vivia sob a hegemonia dos estudos de Fernand Braudel, uma vez que vivia-se em plena segunda fase dos *Annales* e da nova história, sendo influenciada pela teoria do tempo<sup>3</sup>, além disso, havia mais interesse, na época, nas pesquisas sobre áreas rurais do que urbanas<sup>4</sup>. Sobre a historiografia francesa na época, Davis diz:

But despite the impressive discoveries of this *histoire totale*, especially in demography, mobility, and material culture, it could not serve as a model for what I wanted to do. My next moves were toward anthropology and toward the incorporation of women into my historical account, and here I had to follow other paths. (DAVIS, 1997, p. 19)

Portanto, não surpreende que Davis utilizasse, na época, maiores referências aos estudos de Hobsbawn, que era inglês, e não diretamente a historiadores franceses, pois historiadores ingleses eram simpatizantes ao marxismo, aproximando-se da historiografia de Davis. Tomemos Hobsbawn e Thompson como exemplo, eles e Davis lançaram livros em sequência que faziam alusão a um mesmo objeto de estudo, mesmo que visto de óticas teóricas diferentes: a história vista de baixo, ou seja, uma historiografia que se preocupava com “os excluídos da História” como cita Michelle Perrot (ano do livro). Segundo Suzanne Desan (1992, p. 85), para Natalie Zemon Davis, a coesão da comunidade era um fator decisivo e, por causa disso, ela não teria aprofundado, tanto quanto poderia os distintos papéis dentro de uma comunidade, bem como suas rupturas sociais e culturais. As pesquisas e trabalhos de Davis demonstram a aproximação com a antropologia, importante, segundo ela, para compreender os elementos simbólicos de representação de uma sociedade e sua dinâmica histórica.

Os estudos históricos sobre as representações e símbolos é resultante de mutações de paradigmas ocorridos na pesquisa histórica, especificamente nos anos 80, sendo importante ao historiador compreender de que modo o simbolismo age na sociedade (DOSSE, 1995, p.259). Assim, essa história dos símbolos e das representações é concebida como um

---

<sup>3</sup> Fernand Braudel foi o protagonista da 2ª geração dos *Annales*, ele compreendia o tempo em três formas diferentes: a primeira referente a uma história “sem tempo”, referindo-se a homem e ambiente; a segunda é a história das estruturas das civilizações (tempo lento); a terceira é a história dos acontecimentos (tempo curto).

<sup>4</sup> Por exemplo GOUBERT (1960), Tese de Doutorado defendida na EPHE.

movimento complexo que combina variações e invariantes, justamente nesse contexto de valorizar as experiências dos indivíduos a nível da micro história.

As obras de Davis demonstram sua sensibilidade e originalidade na pesquisa com fontes históricas. Ela confrontou-se com documentos que jamais haviam sido utilizados, deparando-se com o desconhecido. Descobrir lacunas e o mundo vivido por homens e mulheres no Renascimento fez com que a historiadora desse uma importância maior ao processo de descoberta e a reflexão teórica e conceitual sobre sua prática historiográfica<sup>5</sup>. O diálogo entre Antropologia e História situam-se no tempo e no espaço, colocando como análise o contexto. Se na década de 1950 havia um “embate” entre ambas as áreas para construir análises sociais, na década de 1970, com a crise de paradigmas, essas duas disciplinas eram relacionadas ao campo cultural. Nesse sentido é que pode-se compreender, com o passar das décadas, a aproximação da História e Antropologia, pois há o interesse no indivíduo e a recusa de uma História determinista. É nesse panorama que Natalie Davis ampara sua forma de escrever História, tendo base nos problemas e desafios na hora de tratar de fenômenos culturais.

Todavia, sua aproximação com a Antropologia não se deu de forma acrítica numa transposição para o campo da História. Isso se explicita quando ela critica a forma com os antropólogos em geral interpretam manifestações culturais, vendo nelas “fontes de estabilidade de uma sociedade hierárquica”, ou seja, para a Antropologia as manifestações podem explicitar a estrutura interna ao sistema, mas “não põem em questão a ordem básica da própria sociedade”, acreditando que elas “podem renovar o sistema, mas não muda-lo” (DAVIS, 1990, p. 112). Davis defende que os próprios rituais e manifestações culturais podem ser objetos dinâmicos, necessitando de reflexão sobre eles, pois são importantes para a análise da transformação histórica de dado período e local. Ela cita, em sua autobiografia, que “indiferente aos conflitos internos à antropologia” (DAVIS, 1997, p.20) ela não busca análises definitivas, mas sim inspirações metodológicas que ajudam a formular novas questões para compreender processos históricos e auxiliar na análise historiográfica (Ibidem.)

Em artigo publicado em 1981, Natalie Zemon Davis discute que o grande ensinamento da antropologia era chamar a atenção dos historiadores para temas que eram vistos, inicialmente, como irracionais ou supersticiosos como, por exemplo, o universos das crenças e

---

<sup>5</sup> Em algumas entrevistas, muito rapidamente, Natalie Davis fez algumas reflexões teóricas sobre seu trabalho.

os rituais da vida cotidiana. Essa contribuição ocorre, por parte dos historiadores, a partir de quatro características:

“close observation of living processes of social interaction; interesting ways of interpreting symbolic behavior; suggestions about how the parts of a social system fit together; and material from cultures very different from those which historians are used to studying.” (DAVIS, 1981, p.267)

Em um momento de uso de determinismos no campo da História, Davis deixa claro acima a necessidade de haver atenção para os contextos particulares onde se desenvolvia a vida social, pois no caso das três primeiras características, se dá ênfase a procedimentos que desnaturalizam relações já determinadas pela história social, por exemplo. Essa prática antropológica parte da observação cuidadosa dos processos sociais. Davis aproximava assim a importância do historiador ter um olhar mais atento para captar dimensões sociais, ou seja, a relevância de pequenos eventos em determinadas análises históricas. Ela procurava, assim, uma articulação entre “parts of a social system” (DAVIS, 1981, p.267), tomando uma posição teórica totalizante do conceito de cultura, tendo seu caráter plural e multifacetado.

Seu interesse nas múltiplas formas de se contar uma história, já explicitado em sua trajetória histórica, foi o que levou a autora a “acrescentar” a antropologia à sua análise e, mais especificamente, em narrativas literárias e na estrutura literária (PALLARES-BURKE, 2000, p.105). Ela destaca que seu interesse pela relação literatura-história veio desde a década de 1970, quando percebeu a necessidade de atentar ao caráter narrativo dos testemunhos, fossem eles de origem literária ou não (DAVIS, 2003). A discussão teórica acerca de “história e verdade” não era nova na década de 80, mas ao explicitar seu olhar historiográfico a narrativa, como nos livros *Nas Margens* e *Histórias de Perdão*, Davis deixava clara a continuidade de sua aproximação com a antropologia, gerando debates que discutiam as possibilidades e os limites da narrativa histórica. Nesse seu percurso, fica claro que qualquer tentativa de descrição de um mundo social alheio ao tempo presente parte, indubitavelmente, de um ato de imaginação, onde emerge uma interpretação única.

Nota-se os ecos dessas premissas nos livros em análise nessa pesquisa. Entre realidades e possibilidades, a autora assume a dimensão interpretativa de seus textos, uma vez que o objetivo sempre foi “ver as interações pessoais na exata cronologia dos acontecimentos e ouvir a maneira como os participantes descreveram o que estava acontecendo” (DAVIS, 1997, p.24). Essa descrição da narrativa histórica utilizada pela autora evidencia a parte fundamental

antropológica de interpretar e valorizar os discursos em suas pluralidades e ambivalências, sem silenciar o lugar do historiador. Em seus estudos, ao proporcionar essa forma de leitura e interpretação de seus leitores, anuncia novos caminhos analíticos para possibilidades interpretativas, dialogando com o princípio de “invenção” no patamar epistemológico.

Assumindo esse formato dialógico, a autora trabalha com a possibilidade de troca entre uma multiplicidade de vozes em suas pesquisas, convidando o leitor a ser “participante ativo na construção do sentido do texto, que apenas sugere conexões de sentido” (CALDEIRA, 1988, p.143), tomando as identidades como construções e não como dados a ser objetivados. Há, portanto, a construção de uma verossimilhança feita por diversos indivíduos<sup>6</sup>.

## 1.2 O contexto social e teórico das obras

Em 1987, surge o livro *Histórias de perdão e seus narradores na França do século XVI*. Nessa obra, Natalie Zemon Davis analisa as cartas de perdão do século XVI, que são instrumentos jurídicos através das quais os súditos pediam clemência ao soberano. Na própria introdução do livro, a autora comenta que, apesar de ter aprendido que historiadores devem eliminar os elementos ficcionais dos documentos para obter os fatos reais, no sentido da heurística de Marc Bloch, ela fazia uso da ficção nessa obra não como falsidade, mas como criação, sendo justamente os aspectos ficcionais o centro da análise.

Fazendo isso, ela não pretendia minimizar a importância dos documentos, mas expressar novas interpretações e apresentá-los com novas percepções acerca do século XVI, recorrendo à História, Literatura e Direito para mostrar como as pessoas narravam os acontecidos:

Procuro mostrar como as pessoas do século XVI contavam histórias (mesmo no caso especial de uma história de perdão), o que consideravam uma boa história, como davam conta do motivo e como, por meio da narrativa, faziam com que o inesperado ganhasse sentido e introduziam coerência na experiência imediata. Quero acompanhar a variação de suas histórias, dependendo do narrador e do ouvinte, o modo como as regras da trama desses relatos judiciais de violência e perdão interagem com hábitos contemporâneos mais abrangentes de explicação, descrição e avaliação.

---

<sup>6</sup> Sobre isso é evidente a influência de Mikhail Bakhtin na obra de Natalie Zemon Davis. Ver mais em: BAKHTIN, Mikhail. *A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: Hucitec; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008

[...] observar de perto os meios e o ambiente de produção das histórias e os interesses que tanto o narrador como a plateia tinham no evento de contar histórias. Mas estarei também concebendo “estruturas” que existiam antes do evento nas mentes e nas vidas dos participantes, no século XVI... (DAVIS, 1987, p. 17)

Porém, Natalie Zemon Davis não identificava história como ficção, segundo ela:

A pesquisa histórica envolve algum trabalho de imaginação e a escrita da história exige uma habilidade que é, em parte, imaginativa. Há, por assim dizer, no modo como se pensa e se escreve, uma região em que as fronteiras entre história e ficção se confundem. Mas, por outro lado, os historiadores, em regra, consultam textos – algo externo a eles mesmos –, e não suas próprias mentes, quando precisam verificar algo. [...] Não nos é permitido escapar às regras da história, e muito me agrada, na verdade, ter que me submeter a algo exterior a mim mesma. (DAVIS, 2000, p. 108)

Nesse debate sobre História e ficção, historiadores como Carlo Ginzburg fizeram uma reflexão sobre a prática de Davis em relação às narrativas em geral e às narrativas historiográficas:

A tentativa feita por Natalie Zemon Davis de contornar as lacunas com uma documentação arquivística, contígua no espaço e no tempo à que se perdeu ou nunca se materializou, é apenas uma das muitas alternativas possíveis. [...] (até que ponto valeria a pena discutir esse problema?). Entre as que certamente têm de ser excluídas está a invenção. Além de contraditório, seria, pelo que precede, absurdo. (GINZBURG, 2007, p. 334)

Com isso, nota-se que o contato da autora com esses documentos fez com que ela tivesse o desafio de analisar histórias contadas por homens e mulheres de diferentes classes sociais, as cartas permitiram que Davis acessasse estratégias culturais e narrativas que colocam a vida cotidiana no centro da análise que, como cita Ginzburg, é uma das muitas alternativas possíveis da análise histórica. É evidente que Davis, desde o título do livro, faz uso da ficção como eixo de análise historiográfica, renovando seu diálogo com a antropologia e cita:

[...] ficção aqui se refere não a falsificação, mas ao elemento de criação presente em tudo que fazer e dizemos. Longe de constituir um esforço de criar descrédito sobre os arquivos, eu estava apresentando-os como uma fonte de novas evidências sobre o século XVI: evidências sobre como as pessoas disseram as coisas (DAVIS, 1997, p.28)

Tratava-se do desdobramento das preocupações de Davis, as quais ela vinha já construindo em anos anteriores à publicação de outras pesquisas. Em *Histórias de perdão*, essa multivocalidade é exatamente o objeto de pesquisa, chamando a atenção justamente para o processo de construção textual das cartas, fazendo com que o livro chame a atenção do leitor para as estratégias que os sujeitos, em seus contextos específicos, utilizavam para escrever as cartas de remissão. Isso torna a narrativa interessante como elemento de expressão acerca da vida social.

Nos anos que seguiram à publicação de *Histórias de Perdão*, dois temas ganharam ênfase na historiografia de Davis: o interesse pela questão da mulher na História e a atenção para as trajetórias individuais expressas em narrativas autobiográficas (DAVIS, 1988, p. 104). Nesse sentido, em 1995 ela lança o livro *Nas margens*, que trata da vida de três mulheres do século XVII: Glikl bas Judah Leib, judia, Marie de l'Incarnation, freira ursulina, e Maria Sibylla Merian, naturalista e pintora protestante. Como já citado anteriormente, Davis utilizou de um olhar muito sensível para reconstruir a vida dessas três mulheres, as quais revelam, a partir de seus documentos, o nascimento do mundo moderno em suas inúmeras facetas, segundo a própria autora, “all three turned these margins into borderlands for discovery; all three redefined them as centers of a kind, or at least as places they preferred to be.” (DAVIS, 2008, s.p.) Como observou Pallares-Burke, nessa obra, Davis consegue reunir diversos aspectos de suas pesquisas anteriores, como a ênfase no social, no etnográfico e no literário, ainda que indiretamente, abordar questões importantes dos debates contemporâneos sobre o conhecimento histórico. (2000, p. 83). É interessante destacar que, após sua pesquisa com Maria Sybilla Merian, Davis deparou-se com correspondências dessa mulher com um médico judeu que morava na América do Sul e, doze anos após a publicação de *Nas margens*, surgia um livro sobre esse novo projeto de pesquisa: a vida desse médico judeu proprietário de escravos em uma colônia holandesa. Seu interesse era examinar as percepções judaico-cristãs sobre a escravidão, mas isso é história para outra pesquisa. O interessante é compreender como as possibilidades de pesquisa que Davis teve em sua trajetória foram imensas, abrindo portas para diversas interpretações de períodos históricos sobre uma mesma fonte.

Ao atentar para esses detalhes da narrativa, Davis estabelece um diálogo com a antropologia logo no prólogo do livro, em que ela constrói um diálogo imaginário entre as três personagens e a própria autora, deixando marcadas as diferenças entre as três mulheres. O motivo da escolha dessas três mulheres foi o de que, para além de suas muitas diferenças, elas

fossem todas “urbanas, filhas de artesãos e mercadores – de plebeus – da França e dos Estados germânicos”. (DAVIS, 1997, p.12)

Situadas “nas margens” dos mundos sobre os quais escreviam, tanto por sua condição de mulher como de estrangeiras – seja isso no sentido geográfico ou religioso – seus relatos expressavam a necessidade de escrever “sobre as relações com pessoas estranhas ao seu mundo” (DAVIS, 1997, p.12). Portanto, seria na trajetória dessas mulheres que a história deveria ser compreendida fugindo do sentido totalizante do conceito de cultura, por meio de um procedimento trabalhado pela antropóloga Lila Abu-Lughod chamado “etnografia do particular” (1991)<sup>7</sup>. A partir disso é que Davis consegue analisar as trajetórias individuais que permitem que ela situe suas personagens em meio a um processo cultural, o qual proporciona compreender o cotidiano do povo francês do século XVII. Em *Nas margens*, a cultura dinâmica é representada nas três mulheres:

No caso de Glikl vimos sua relação com não-judeus; [...] Marie de l’Incarnation e Maria Sibylla Merian constataram que as margens envolviam verdadeiras relações de poder com povos não-europeus – Marie como mestra matriarcal de ameríndios, Maria como proprietária de escravos africanos, caraíbas e arauaques. (DAVIS, 1997, pp.196-197)

Essas perspectivas históricas de misturas de fluxos culturais fazem com que a autora se aproxime dos sujeitos, para quem a construção dos significados não se faz de forma imediata, como explica Davis em uma entrevista:

Minha decisão de examinar casos de mistura cultural remonta à década de 1990, e estava conectada tanto a reflexões pós-colonialistas quanto a movimentos do presente que desenham sólidas fronteiras ao redor de identidade autênticas reivindicadas por diferentes grupos – movimentos fundamentalistas, nacionalismos construídos, e várias formas de ‘políticas de indetidade’. Pareceu-me que este último estava fazendo afirmações sobre pureza e autenticidade que não tinham base no passado histórico. [...] Então tudo isso me levou a pensar sobre as formas da mistura cultural. Isso veio à tona já no livro *Nas margens*. (DAVIS, 2005, p.6)

Esse livro, portanto, a permitiu mostrar os muitos lugares em que a História pode ser escrita, o que se mostra promissor no caso das narrativas escritas por essas três mulheres, cuja

---

<sup>7</sup> Sobre isso “sugere que os outros vivem como nós mesmos vivemos nossas vidas, não como robôs programados com regras culturais, mas como pessoas atravessando a vida tomando decisões, cometendo erros, tentando ficar bem” (Abu-Lughod, 1991, p.164).

trajetória evidenciava as possibilidades da constituição da condição de marginalidade (PALLARES-BURKE, 2000, pp.109-110). E é a partir desse livro que Natalie Zemon Davis “desenha” sua característica historiográfica, passando a “encarar as coisas tanto com os olhos europeus quanto com os olhos não-europeus” (idem). Como resultado, Davis denomina como uma “história descentralizada” (DAVIS, 2011, p.190), que evitava escrever o passado com o olhar de um grupo dominante, mas passa a levar em conta “vozes plurais”.

## **CAPÍTULO II: Nas margens: três mulheres do século XVII e Histórias de Perdão e seus narradores na França do século XVI**

A produção historiográfica acerca da mulher cresce e adquire características plurais a partir da década de 1980 com temas variados, que versam sobre o papel feminino na família, no casamento, na maternidade e na sociedade, e até mesmo sobre padrões de comportamento e sexualidade. O período pós Annales é do surgimento da Nova História e, por conseguinte, a História Cultural são transformações ocorridas no fazer histórico que propiciaram a expansão do estudo sobre o tema.

Fazer um estudo sobre a história das mulheres é compreender que, dentro da perspectiva feminina, esses estudos não se resumem apenas no “ser” feminino, mas que se atrelam ao masculino, demonstrando as construções socioculturais de ambos os gêneros situados historicamente no tempo.

Nesse sentido, analisar as representações sobre as mulheres a partir das cartas de remissão na França, nos séculos XVI e XVII, é um estudo que abrange possibilidades de descobertas acerca das relações sociais, as quais mostram estereótipos de uma época marcada pela dominância do masculino. Compreender o cotidiano e a vida da mulher propicia uma visão das representações existentes na época. Para isso ser possível, precisa-se situar a França do século XVI; após, dissertar sobre as cartas de remissão, bem como suas representações e, por fim, contextualizar o livro *Nas Margens* e suas personagens.

### **2.1 O mundo em transformação**

A transição do feudalismo para o capitalismo no século XV gerou uma nova Europa. Consolidando-se no século XVIII, essa transição é “um processo longo que nada tem de uniforme” (HOBSBAWM in: SWEEZY, 1977, p. 162), uma vez que há o surgimento das relações burguesas no seio do modo de produção.

Os séculos XVI e XVII são marcados, também, por um abalo nos conceitos religiosos arcaicos que a Reforma e a Contrarreforma provocaram, gerando climas de instabilidade social e política. A partir dos movimentos reformistas, o catolicismo teve sua supremacia abalada. A ruptura dessa unidade teve início na Alemanha, protagonizado por Martinho

Lutero, seguindo por João Calvino e a Reforma Anglicana, tendo o Rei Henrique VIII como precursor. As reformas religiosas não trouxeram críticas inéditas à Igreja Católica, nos séculos XIV e XV já existiam indivíduos que criticaram o catolicismo e seus exageros, como o teólogo John Huss. Mas antes do século XVI, pessoas que criticavam acabavam sendo silenciadas, principalmente pelo Tribunal da Inquisição. O avanço das relações capitalistas fazia com que a burguesia questionasse as usuras da Igreja, o absolutismo também contribuiu para que essas críticas fossem maiores, pois o Rei não admitia o “poder universal” da Igreja intervindo nos assuntos internos da coroa.

Esse período de mutação é denominado de Renascimento que, segundo Delumeau, é uma palavra que não caberia para explicar esse momento histórico, uma vez que esse período não foi uma retomada à antiguidade, mas uma época de muitos avanços e inovações econômicas, sociais e políticas. Ou seja, nada mais foi do que a promoção do Ocidente, momento esse em que a Europa ultrapassou todas as civilizações que eram paralelas a ela (1984, p. 20). A estética renovada, um cristianismo reelaborado, a recuperação demográfica, os progressos técnicos, etc. foram formas que o Ocidente achou para se recuperar após a Peste e as guerras que ocorreram entre 1320 e 1450.

Essas estruturas reformuladas pela sociedade renascentista definem a conjuntura pela qual as modificações estruturais e mentais que a Europa passou entre os séculos XIII e XVII, sendo esse o momento em que se define politicamente a França, em que o ideal de unidade europeia, idealizada sob a autoridade de um Imperador, “foi substituído por uma relação de forças” (DELUMEAU, 1984, p.37). Nota-se a mudança dos costumes feudais para um meio social aberto ao mercantilismo e, por consequência, a ascensão da burguesia. O inglês John Cork, o qual retoma os métodos dos juristas de Filipe, o Belo, diz “todas as nações sabem que o muito poderoso rei de Inglaterra é imperador no seu próprio reino e não depende de ninguém” (idem p. 37), ou seja, esses novos estados modernos caracterizaram-se pela centralização, a organização administrativa, a crescente burocratização e a criação de um exército poderoso.

Na Itália havia um crescente movimento de fragmentação política no final do século XIII, desvinculado do poder imperial e dividindo-se em diversas cidades-estados, mas em outras regiões da Europa não ocorreu esse processo, mas sim o contrário. Estabeleceram-se diversas monarquias nacionais, como por exemplo: a Inglaterra com Henrique VII e a França com Luís XI. Isso ocorreu devido a consolidação da autoridade do soberano frente à nobreza, gerando a centralização administrativa, a burocratização e a criação de um exército forte.

Esses regimes autoritários tiveram como característica, em sua implantação, a mudança da mentalidade política, a qual era baseada no direito romano e na filosofia aristotélica e legitimava a autoridade suprema do monarca juntamente com um estado forte e organizado. O italiano Nicolau Maquiavel, autor do clássico *O príncipe* (1513), marca essa elaboração de uma nova teoria política que separava, pela primeira vez, a moral dos indivíduos da moral do estado.

Todavia, falar das belezas do Renascimento não implica que haja outros caminhos possíveis de interpretá-lo, até porque não se deve deter o estudo a um eurocentrismo exacerbado, o qual é comum de acontecer nos estudos que tangem o período moderno. Os séculos XV e XVI foram marcados, de certo modo, pelo aumento significativo do obscurantismo, seja pelos alquimistas, feiticeiras ou pelos caçadores de feiticeiras. Esse ódio crescente por essas figuras históricas é tido, até hoje, como característico do Renascimento, mas nada mais é do que herança do período anterior: a Idade Média. O período renascentista inaugurou a deportação dos negros para o “Novo Mundo”, houve os massacres dos povos americanos e dos autos-de-fé (DELUMEAU, 1984, p. 22) e, sem dúvida, foi o período que aumentou o abismo que separava os ricos e os pobres, fazendo com que os ricos se tornassem mais ricos e os pobres cada vez mais pobres, uma antítese do período medieval. A ascensão da burguesia é evidente, principalmente quando fala-se dos Médicis.

Claro que, quando se analisa esse período, vale ressaltar que os “novos ricos” trataram de logo ascender e comprar seus títulos de nobreza, o que fez com que essa parte da sociedade ficasse insuflada, mas nem por isso deixou de ser a classe privilegiada. Esse aumento da burguesia trouxe um fenômeno à civilização ocidental, no qual a estética e gostos aristocráticos tinham, por contrapartida, o desprezo pelo trabalho manual (idem, p.22).

O Renascimento surge com diversas contradições. Em certa perspectiva, é como se logo que a Idade Média tivesse acabado (o que é de difícil definição, não há como delimitar esses termos e inícios de forma linear, estipulando datas e fatos, o que pode-se é estimar) e o pensamento, cultura e imaginário, característicos do período, tivessem acabado junto, e o Renascimento em ascensão seria um novo tempo, sem nenhuma influência da época anterior. Ao mesmo tempo, o progresso espiritual iniciou um movimento de libertação do indivíduo, tirando-o de certas amarras medievais, iniciando um processo de reconhecimento enquanto sociedade. Todavia, o nascimento do homem moderno é acompanhado de solidão e angústia, justamente devido a essas mudanças de paradigmas na forma como via-se a família, as crianças, o casamento, etc., reafirmando as bases do individualismo, mas também aqui entra

uma das grandes contradições do Renascimento: houve a laicização e humanização da religião, mas isso não constituiu, nos séculos XV e XVI, uma descristianização, mas sim um cristianismo renovado.

Essa compreensão de si e do outro, a nível de sociedade, explica bastante esse período conturbado em que nasce a Idade Moderna. No século XVI, a sociedade era dividida, basicamente, em três Estados já muito conhecidos pela historiografia: o clero, a nobreza e os camponeses, os últimos sendo considerados a grande massa do século XVI. No que tange a economia, essa é uma época de grande crescimento na Europa, uma vez que as minas de exploração na América geravam um retorno gigantesco aos países europeus. A base da economia europeia continuava sendo a agricultura, mas setores como a indústria têxtil e as atividades comerciais, principalmente, alcançaram seu ápice nesse período, o que resultou na fortuna de famílias como as Médici, por exemplo.

O desaparecimento das pestes medievais, a vida urbana em crescimento e o melhoramento das condições de vida da população ocasionaram um crescimento demográfico por toda Europa Ocidental, gerando, como consequência, a alta taxa de natalidade e o declínio da mortalidade infantil. As principais zonas de povoamento eram o norte da Itália, os Países Baixos e o centro da França.

Sendo assim, esse contexto do período é o que contorna a vida das mulheres no dois livros de Davis. Elas foram indivíduos que viveram e experienciaram o nascimento do mundo moderno, com todas suas problemáticas e belezas.

## **2.2. Cartas de Remissão - Histórias de Perdão e seus narradores na França do século XVI**

Sob a perspectiva jurídica na França dos séculos XVI e XVII, a remissão trata-se do ato pelo qual o Rei concede perdão legal a um determinado crime. É importante ressaltar que a ação social que essas cartas tinham dentro da sociedade francesa era ímpar, uma vez que elas auxiliam à compreensão de estruturas, a situação da mulher na França e a participação feminina.

Os pedidos de remissão eram feitos por meio de cartas destinadas ao Rei da França, sendo elas a tentativa final que o sentenciado (a) optava ao estar em possibilidade de sofrer pena de morte, embora isso não fosse regra e nem um padrão nas cartas. Natalie Zemon Davis busca, em seu livro, relatar representações e reflexões sobre a situação das mulheres na França, a

partir do que é explícito ou subjetivo nas cartas. Cabe ressaltar que, para a autora, as cartas de perdão são uma ligação entre História, Direito e Literatura, como cita abaixo:

De acordo com as categorias dos retóricos e teóricos literários renascentistas, as cartas de remissão eram um gênero misto: uma petição judicial destinada a persuadir o rei e a corte, um relato histórico dos atos de um indivíduo no passado e uma história. (DAVIS, 2001, p. 17)

No que tange à observação histórica, eles são fontes de importantes informações, pois as cartas:

(...) constituem fontes preciosas para o estudo das festas, da violência e da vingança em diferentes meios sociais e grupos etários, das atitudes relativas ao rei e das imagens que dele se faziam, e de outras normas sociais e culturais (DAVIS, 2001, p. 17)

Já sobre o contexto jurídico, a importância de uma carta de remissão é percebida na seguinte passagem:

Por meio de uma carta de remissão (uma vez ratificada por uma corte legal), o perdão real impedia que a pessoa fosse executada e também impedia ou limitava o confisco real de bens que acompanhava essa pena, ou – para citar a fórmula – “perdoava o ato [...] e cancelava toda penalidade, multa, e prejuízo corporal, criminal ou civil que pudesse dela resultar [...] e restaurava ao requerente sua boa reputação e bens (DAVIS, 2001, p. 21)

As diferenças e abordagens quando trata-se das Cartas de Remissão feminina e masculina são evidentes, uma vez que a sociedade da Era Moderna estava muito centrada no domínio do homem sobre a mulher, pois o homem, na concepção do período, tinha direitos que contrariavam a lógica da sociedade contemporânea. Até porque, nas Cartas, nota-se isso em diversas passagens, principalmente nos trechos que citam como o homem poderia punir sua esposa quando se sentisse ofendido por ela, escancarando a submissão e normatização da violência a qual as mulheres eram submetidas, ou seja, a violência contra mulheres nos séculos XVI e XVII era direito inerente à existência dos indivíduos do sexo masculino.

Nesse período em que a Europa se transformava profundamente, é indubitável que as mulheres desempenhavam um papel mais importante que na Idade Média. Tomemos como exemplos Joana D’arc e Catarina de Médicis, ambas personagens importantes para acontecimentos históricos: Joana por reconduzir a França ao seu caminho de destino e Catarina pela sua participação entre a morte de Henrique II (1559) e a morte de Carlos IX (1574). Esse novo lugar dado a mulher é, em partes, explicado, segundo Jean Delumeau, pelo desenvolvimento das cortes:

Catarina de Médicis, no tempo de Henrique II, quando não havia caçada de tarde, reunia à sua volta o rei, os senhores e as damas e mantinha um círculo onde se conversava. Era [...] um verdadeiro paraíso de gente, e com toda honestidade. A reabilitação da mulher operou-se a partir do momento em que se começou a ter tempo para conversas. Ora o Renascimento permitia aos grandes o prazer da conversa. (1984, p. 90)

Os pedidos de perdão, que tinham autoria de homens, constituem a maior parte da amostragem selecionada por Davis para análise, e isso se dá, provavelmente, pelo fato de que a quantia de crimes cometidos por homens que poderiam ser remissíveis é muito maior do que quando se tratava das mulheres. As estratégias de escrita utilizada pelos homens buscavam ressaltar a humilhação a que eles tinham sido submetidos, novamente deixando claro, através desse discurso, como as mulheres deveriam obedecer e ter atitudes que não atingissem o seu marido.

Natalie Zemon Davis analisa no livro uma petição de Thomas Manny, o qual pedia perdão por ter cometido homicídio contra sua esposa, alegando que a mesma estava cometendo adultérios com certa frequência, não suportando mais essa situação de ser humilhado pelos atos da esposa, com isso Thomas constrói uma narrativa em que tenta evitar que ele seja colocado como um criminoso cruel, por meio de uma linguagem apelativa, tenta redimir-se pela culpa ao longo da carta.

Já na descrição de um pedido de perdão de uma mulher, que tem como requerente Marguerite Vallée, também é feito uso de uma linguagem apelativa na construção da narrativa; porém, nota-se que ela conta que é violentada diariamente pelo marido e preferia tirar sua própria vida a ter que continuar viver sofrendo maus tratos por parte dele. Boa parte das cartas de remissão enviadas por mulheres demonstram, normalmente, que estavam arrependidas sobre seus crimes e procuravam desculpas pelos seus atos, diferentemente do uso do argumento (normalmente masculino) de que tal crime havia sido cometido devido a um momento de raiva. Vale ressaltar que, nesses casos, a questão de gênero era muito mais importante do que a classe social em que a pessoa estava inserida. Outro aspecto interessante a ser observado, uma característica diferenciada entre pedidos de remissão entre homens e mulheres, é a quantidade de cartas que são seladas, uma vez que, nesse caso, das cerca de quatro mil remissões, apenas 1% (um por cento) eram mulheres, e de cada cem pessoas que estavam à espera na Conciergerie de Paris para ratificar suas cartas, três eram mulheres (DAVIS, 2001, p. 127). Além dos homicídios confessados pelas mulheres, os crimes que eram frequentemente conferidos às mulheres eram o de bruxaria e infanticídio, sendo ambos

imperdoáveis e nem entram nas estatísticas das cartas de remissão.

### **2.3 Nas margens: três mulheres do século XVII**

O livro *Nas margens: três mulheres do século XVII* é, segundo a autora, aquele em que ela consegue reunir diversos aspectos da história social, antropologia, etnografia e literatura, os quais estiveram muito presentes em seus trabalhos anteriores (PALLARES-BURKE, 2000, p.83). O objetivo principal do livro é descrever a vida das três personagens como exemplo de mulheres urbanas do século XVII. Para isso, Davis faz uso de diversas noções que estão presentes nos debates historiográficos e que, apesar de o seu posicionamento ideológico estar implícito ao longo da narrativa, há duas noções nas quais nos debruçaremos como categoria explicativa: micro história e narrativa.

Nessa obra, Natalie Davis reconstrói, de maneira singular, a experiência de três mulheres que viveram no século XVII: Glikl bas Judah Leib, Marie de l'Incarnation e Maria Sibylla Merian. Essas três mulheres são importantes, na visão de Davis, devido a forma como se encontravam na marginalidade e, ao mesmo tempo, representavam tão bem o início do mundo moderno, pois o Renascimento representa um conjunto de novas realidades, juntamente com o mercantilismo, onde surgem perseguições religiosas contra as mulheres as quais “faziam” a História de seu tempo num período em que haviam limitações matrimoniais e sociais, principalmente no que tange a liberdade das mulheres.

O início do mundo urbano é o “reflexo das relações sociais estabelecidas num tempo histórico” (SPOSITO, 2001, p. 14) e isso é notório nesse processo do início da História Moderna, pois começa a surgir a importância da educação e da formação para o trabalho, mas isso somente destinado a homens. Homens pobres e mulheres não tinham o benefício da educação formal, apesar de terem a prática de certos ofícios. As mulheres de famílias nobres eram instruídas especificamente para ampliar suas qualidades sociais, ou seja, aprendiam a tocar instrumentos, a cantar e, também, as tarefas do lar, como supervisionar empregados, a obediência, o silêncio, a costura, tudo isso para serem boas esposas e mães no futuro (HENDERSON; McMANUS, 1985, p. 82). O humanismo, filosofia crescente do período, definia e facultava essa diferença de educação para homens de diferentes classes e para mulheres. Na obra de Juan Lluís Vives (2000, p. 116-125) ele ressalta que isso se dá, principalmente, devido aos Textos Sagrados que subjaziam os conceitos apresentados pelos humanistas sobre a mulher. Todavia, outros humanistas expressaram em suas obras a

preocupação com a educação da mulher, como no caso de Erasmo de Roterdão. Ele defendia a educação erudita da mulher, mas isso voltado com maior foco a mulheres da corte. Apesar desse espírito inovador vindo de alguns personagens do Humanismo, ainda permanecia na sociedade renascentista uma grande resistência à erudição e cultura feminina, isso porque se esperava da mulher a castidade, a educação, os bons princípios, a discrição e a preocupação voltada ao marido e família, e não uma mulher que tivesse maior liberdade, fosse na esfera familiar ou social.

As três mulheres do livro *Nas Margens* se diferem desse contexto renascentista, pois, por um motivo ou outro, não estavam entre as muitas mulheres que pertenciam a essas organizações (DAVIS, 1997, p. 190), uma vez que elas possuíam históricos e singularidades, mesmo que com vidas distintas, que definem as vozes da vida urbana e das culturas religiosas e trajetórias vocacionais do século XVII, pois estavam longe do poder político, real e cívico desse período: Glikl como judia, Marie e Maria Sibylla como plebeias (idem, p. 195). A religião teve, sem dúvida, influência gigantesca na vida dessas três personagens. Apesar do processo de mudanças que acontecia no século XVII, os pilares fortemente estabelecidos pela epistemologia cristã eram os que baseavam a sociedade renascentista, fortemente enraizada nas tradições medievais, em que conceitos sobre a mulher e a condição feminina eram um peso.

Tanto Glikl, como Maria e Marie tiveram suas vidas abaladas pela Reforma e Contrarreforma, mesmo que 100 anos após, transformando seus argumentos morais e sua subjetividade. As reformas que vieram pós Lutero, mesmo sendo religiosas, afetaram a forma como a condição feminina era vista na época. Considerando a forma como os princípios religiosos dominam a vida da mulher no Renascimento, a Reforma e a Contrarreforma representaram dois momentos históricos essenciais para alterar a conjuntura existente em torno da imagem da mulher.

Marie Guyart de l'Incarnation aproveitou dos caminhos que foram abertos para as mulheres com a Reforma, principalmente no que tange continuar no caminho da santidade, sendo mãe e viúva. Maria Sybilla Merian seguiu o rumo da espiritualidade protestante radical, pois ao entrar em contato com a seita labadista, conseguiu romper com o marido, o qual representava o rompimento com o mundo familiar (DAVIS, 1997, p. 192), conduzindo-a a autorreflexão e ao diálogo com seu interior. Já Glikl bas Judah Leib tinha uma posição vulnerável na Europa cristã, justamente por ser judia, e ela teve contato com tipógrafos e tradutores iídiches que permitiram-na ter maior acesso ao pensamento judaico após a

“abertura” religiosa. Essas mudanças foram possíveis devido à Reforma, mas é notório que a mulher pós-Reforma continuava tendo os princípios aplicados na pré-Reforma: obediência e limitações na vida privada. A ordem natural da vida feminina nada mudava, as mulheres continuavam sendo vistas nos estereótipos da Virgem Maria e de Eva. Essa realidade de abertura não foi, em múltiplos aspectos, tão positiva como para os homens.

No contexto do período, não haviam “margens” somente para as mulheres, mas sim para muitos europeus que estavam longe dos centros, seja em consequência do credo, da família, etc., e alguns aceitavam estar na marginalidade, como os judeus, os naturalistas, os jesuítas, os labadistas e os missionários, personagens que foram tratados nesse livro de Natalie Zemon Davis. Todavia, para as mulheres, a repressão era mais forte, demonstrando que o que estava em jogo era o sexo.

Em vista do que foi apresentado, nota-se como esse contexto de transformações que as mulheres estavam inseridas definiu, de certa forma, o jeito como elas foram retratadas nas Cartas e como retrataram a si mesmas em suas autobiografias. Estudar as representações dessas mulheres, o que será tema do próximo capítulo, é essencial para compreender essa forma marginal em que eram postas e, principalmente, verificar o contexto abordado acima a fim de entender como se construía os discursos.

### **CAPÍTULO III: Representações da mulher e do feminino na historiografia de Natalie Zemon Davis**

O termo *representação*, etimologicamente falando, vem da palavra latina *repraesentare* que, por sua vez, significa “fazer presente” e “apresentar de novo”, tornando a ideia presente por intermédio de um objeto ou fato. Durante a Idade Média, essas representações tomaram formas diferentes, ora teológicas, ora místicas e até políticas:

Na passagem da Idade Média aos “tempos modernos”, emergem algumas variações dos sentidos associados à ideia de representação na França, na Inglaterra, na Alemanha e em outros países (...). A representação entendida como objetivação, figura ou simbólica, de algo ausente – um ser, animado ou inanimado, material ou abstrato – e a representação definida como estar presente em lugar de outra pessoa, substituindo-a, podendo-se ou não “agir em seu nome”, na qualidade de ser “representante”.  
(FALCON in: CARDOSO; MALERBA, 2000 p. 45)

Ou seja, quando se fala nas Cartas de Remissão, por exemplo, estamos falando de representação como prática política, no sentido de as Cartas representarem uma forma específica de representação perante autoridades no âmbito jurídico, mas também, na forma como a autora representa essas mulheres que, em suas fontes, já foram representadas em outra forma de escrita. Quando falamos das “mulheres Nas Margens”, estamos nos referindo a representações sociais construídas por elas mesmas em suas cartas deixadas e, também, às representações criadas por Natalie Zemon Davis sobre elas.

Nesse sentido, o presente capítulo tratará dessas representações criadas e recriadas por Davis e suas fontes, acompanhando seu percurso intelectual e como ela trata as questões de “fantasia, “imaginação” e “ficção”, que são as abordagens historiográficas diferenciadas em seus estudos.

#### **3.1 Representações das mulheres nas Cartas de Remissão**

As representações, como são apresentadas na contemporaneidade, derivam de mudanças epistemológicas e da prática científica ao longo do século XX, tratando de conceitos básicos como realidade, subjetividade e verdade. O mundo, tal qual ele é, “não é aquilo que a ciência verifica, mas a imagem em perpétua mutação, que a ciência nos oferece no momento de sua verificação pelo pesquisador” (GUERY, 1969, p. 126), ou seja, a representação é uma abstração construída pelo pesquisador, sua correspondência com o real, se é que há “real”, somente é possível devido às mediações historiográficas de cada autor e é aí, então, que

Natalie Zemon Davis entra com seus instrumentos de pesquisa.

Não à toa, Davis inicia o livro falando de velhas lições sobre história a respeito dos “fatos reais” que aprendeu enquanto estudante. A obra evoca passagens conhecidas dos estudos de Hayden White<sup>8</sup>, o qual é referência fundamental para os debates sobre “os significados da história”, mostrando em que campo da história Natalie Davis se insere, uma vez que o livro trata de discutir fontes e seus usos. A criação ficcional tem proximidade maior com a poesia ou literatura e não com a História em si, que é vista como uma verdade “nua” e “sem enfeites” (mesmo que isso nem sempre seja praticado). Todavia, esse aspecto ficcional existente nas Cartas não é necessariamente associado à falsidade, mas demonstra os aspectos morais de quem as redigia, bem como o embelezamento de um discurso ou formalização de uma história, como, por exemplo, a carta de remissão de Thomas Manny (DAVIS, 2001, p.13-16), na qual a autora afirma que fica “maravilhada com a qualidade literária dos textos, ou deva-se dizer, com suas qualidades “fissionais”, o que tem que ser enfatizado é quanto seus autores dão às etapas de um crime o molde de uma história” (idem, p. 16), ou seja, como as normas culturais e sociais são retratadas em um “adorno” da história, mas não uma falsidade. Segundo a autora, um dos grandes desafios em seu estudo foi justamente identificar essa linha divisória entre uma coisa e outra. Pelo padrões do século XVI, o que é “fictício” em uma carta de remissão não é necessariamente fraude (DAVIS, 2001, p. 18). Com isso, a autora buscava aspectos mais abrangentes para explicação das estruturas existentes no período.

A construção das mulheres e do conceito de feminino no livro leva o leitor a tentar perceber de que modo tais imaginários são constitutivos da própria realidade, incluindo o social quando, em uma passagem da obra, Davis retrata um pedido de remissão de Pierre Marion, o qual “em 1611, matou uma suposta bruxa ao tentar faze-la quebrar o feitiço que haviam lançado contra a sua mulher doente” (DAVIS, 2001, p.42). Esse fragmento de uma carta torna compreensível que essa era uma explicação espiritual para a doença incurável de sua esposa, pois ela só poderia estar tão doente se uma bruxa a enfeitiçasse. Ao longo do livro, Davis expõe Cartas de Remissão que, em sua maioria, incluem mulheres que foram acusadas de bruxaria e foram mortas, sofreram violência ou em que há o pedido de julgamento delas por isso. As escolhas das palavras para narrar e criar o discurso, que culpe as mulheres por esses feitos, são escolhidas para gerar veracidade e para fazer o relato ser explicativo tanto

---

<sup>8</sup> Sobre isso ver mais em: WHITE, Hayden. Trópicos do Discurso: Ensaio sobre a Crítica da Cultura. Tradução de Alípio Correia de Franca Neto. 2 ed. São Paulo, Editora da USP, 2001

para o autor como para o leitor, como, por exemplo, esse fragmento de uma carta de um camponês que diz: “o campo vive hoje infestado de maldade, de zelosos inimigos da prosperidade humana” e Davis complementa “basta ao suplicante chamar a vítima de “sorciére (bruxa) e descrever a doença que ela provocou”. (DAVIS, 2001, p. 51)

As Cartas de Remissão devem ser analisadas historicamente nos termos de vida da pessoa que a escreveu, querendo salvar sua própria vida com a história narrada. A análise da história dessas mulheres representadas nas cartas permite compreender e conhecer a história de cada país, assim como estava estruturada a sociedade naquele período, como no fragmento abaixo:

Thomas Manny matou sua lasciva esposa no dia de santa Maria Madalena (...) para Manny o dia da santa era a data adequada para sua resolução de não morrer por uma puta, nem deixar que ela vivesse. Essa maneira de pensar, por meio de correlações, nutre-se das ideias medievais e renascentistas de correspondência e analogia entre os mundos sobrenatural e natural, e das crenças ancestrais em dias de boa e má sorte. (DAVIS, 2001, p. 52-53)

No livro, Davis explicita que há uma diferença de classe muito presente entre as mulheres e que define a história de violência de cada segmento:

Não é de se surpreender que no século XVI essas histórias de ira possam variar com os estratos sociais (...) certos temas e certas suposições sobre o comportamento parecem se concentrar em determinados tipos sociais. Embora as histórias de camponeses não fossem iguais, decerto pode-se distinguir um camponês de um cavalheiro, e as histórias de artesãos são sempre diferentes de ambas (DAVIS, 2001, p.64)

O que pode-se constatar é que quando se era uma mulher nascida em família rica, essa era de responsabilidade dos homens de sua família, *a priori*, de seu pai, e quando casavam-se, passavam a ser responsabilidade dos maridos, os quais proviam as necessidades de suas esposas e, conseqüentemente, as possuíam em corpo e alma, deixando a entender que poderiam fazer o que quisessem com elas, e que tais atitudes seriam passíveis de perdão. Entretanto, quando se nasce em família pobre, esse mesmo costume, de ser responsabilidade e propriedade do homem, não era praticado, tanto mulheres casadas como solteiras acabavam exercendo atividades domésticas ou até mesmo em indústrias de manufatura. A posse sobre a vida da mulher existia, mas em um formato que, muitas vezes, não era passível de perdão devido à camada social.

Baseado nesse breve contexto, o que nota-se são algumas justificativas que explicam

as diferenças na escrita das cartas de remissão, uma vez que o pensamento popular ainda era permeado pela questão do pecado original, o qual foi provocado pela mulher, deixando evidente a ameaça presente no corpo feminino e sua sexualidade, como, por exemplo, quando Davis explica o termo “imbecillité” (2001, p.126), utilizado para descrever a histeria e a falta de controle feminino, é uma palavra de herança de antigos conceitos religiosos medievais para explicar o porquê de a mulher ser impulsiva. Isso abria margem, por exemplo, para que o crime de matar uma bruxa fosse passível de perdão, mas ser uma bruxa não.

A ênfase maior será dada ao terceiro capítulo: “O derramamento de sangue e a voz da mulher”, pois é aí que Davis assume a posição de debate que interessa a essa pesquisa. Os documentos analisados por ela tem relação direta com a experiência individual dos sujeitos, não cabe, nesse sentido, analisar a intertextualidade e seu discurso literário, mas sim perceber os “filtros” que Davis usa para ouvir as vozes dessas mulheres, desses sujeitos que contam sobre si e sobre seu mundo:

Embora não fossem ouvidas com muita frequência, suas histórias de perdão podem ser separadas das dos homens pela contextura e por uma complexidade característica. Um tanto distanciadas das premissas culturais e/ou por suas próprias escolhas das desculpas legais para o impulso, as mulheres ou silenciavam sobre seus sentimentos ou os expunham em demasia, trazendo para a ação o ciúme, o desespero e a culpa, ao lado da raiva. Sem a oportunidade de usar os ambientes rituais ou festivos para atribuir coerência a suas narrativas de remissão (...) teciam suas ficções com o material que tinham a mão. (DAVIS, 2001, p.152)

A escolha da autora se volta para as mulheres em um capítulo inteiro, devido à obtenção de perdão ser mais difícil para elas. Davis relata que boa parte dos crimes dos quais as mulheres eram acusadas eram bruxaria e infanticídio, o que também explica o porquê de as mulheres não estarem “em alta” nas taxas de cartas de remissão: esses dois eram crimes capitais que não eram perdoáveis (DAVIS, 2001, p. 127) e isso fez com que outros crimes, como os de violência ou prostituição, resultassem em cartas de remissão muito elaboradas e explicativas, ao passo que também ocultavam suas razões principais ou sentimentos, como colocado por muitos homens, que narravam os sentimentos de raiva e etc. As cartas dessas mulheres revelam a sua experiência histórica, embora cada mulher das cartas tivesse um desfecho diferente em sua história, todas elas, de certo modo, antecipavam as histórias dessas mulheres “nas margens”, que será tema da próxima seção, mas que dialoga internamente com essas mulheres do século anterior.

A figura da mulher inferior é representada em diversas passagens históricas, como, por

exemplo, no livro “Malleus Maleficarum”, escrito e publicado no final do século XV pelos clérigos Heinrich Kramer e James Sprenger:

em virtude da deficiência original em sua inteligência, são mais propensas e abjurarem a fé, por causa da falha secundária em seus afetos e paixões desordenados também almejam, fomentam e infligem vinganças várias, seja por bruxaria, seja por outros meios. Pelo que não surpreende que tantas bruxas sejam desse sexo (2015, p.117).

Esse foi um dos primeiros livros que pregava que as mulheres são as principais adeptas às “superstições malignas”. Serviu por cerca de 300 anos como manual para identificar e condenar bruxas, o que refletiu, sem dúvida alguma, sobre essas mulheres que versam no livro em questão.

Dialogando com os imaginários existentes na época, Davis acompanha, quase que cronologicamente, as mudanças da cultura medieval à moderna, pois suas análises mostram a influência da religiosidade na vida cotidiana, uma vez que afirma, falando do caso de Jean Guym, filho de um chapeleiro que matou seu pai com uma espada:

Jean foi convencido a verdadeiramente se arrepender do seu parricídio, a confessar a Deus o seu pecado e a pedir Seu perdão. (...) Ao fim do panfleto, Jean é executado, enquanto canta os salmos e exorta os espectadores a ouvir a Palavra de Deus. (...) A firmeza e ânimo de Jean Guy era obra de Deus, sinal que Ele havia atendido suas preces. A preocupação principal de Guy era a salvação”. (DAVIS, 2000, p. 95)

Com isso, a autora assume a posição do que Francisco Falcon define como “conciliar narrativa e realidade histórica, isto é, a representação” (in: CARDOSO; MALERBA, 2000, p. 69). A materialização da experiência humana que Davis propõe ao leitor é o que a diferencia e torna tão importante seus estudos que abarcam as representações das mulheres, pois ela propõe novas escalas de análise, capazes de integrar o social e o histórico aos atores individuais, como fica explícito nessa passagem: “A cumplicidade entre soberano e súdito é, em parte, responsável pela dupla reputação das cartas de remissão no século XVI” (DAVIS, 2000, p. 91). A partir dessa afirmação, fica evidente as questões históricas que permeiam esse período, que explicam as burocracias e os mecanismos existentes entre as relações sociais.

Ao buscar a mulher enquanto agente histórico, Davis aproxima-se de domínio nos quais havia maior participação feminina, como, por exemplo, a vida privada e o cotidiano, não se limitando à esfera pública, lugares esses em que a mulher assume características subalternas, como quando a autora afirma que as mulheres seguiam a “ordem natural” e obedeciam a seus maridos com paciência; e os maridos, para corrigir os comportamentos

inadequados das esposas, poderiam fazer uso de castigo físico (DAVIS, 2000, p. 123). O que está em jogo nesse livro é conseguir dar voz a essas estruturas complexas de mundo que as mulheres fazem parte em seu período, utilizadas em forma de discurso e narrativa.

Esses discursos do cotidiano, como o citado acima, espelhados nas narrativas das cartas, mostram as práticas do âmbito privado que faz com que haja representações dominantes do homem. Essa submissão imposta às mulheres do século XVI era algo naturalizado, e Davis traz isso em sua narrativa demonstrando como essa relação de dominação é algo construído linguisticamente, culturalmente e, principalmente, historicamente. O poder masculino é, sem dúvida, explicado como se fosse algo universal, o que torna interessante de observar na forma como a autora trata isso, usando mecanismos que enunciem a configuração histórica que faz com que essa dominação seja natural e, até mesmo, biológica, no que tange as representações nos papéis e nas funções sociais e familiares, de cada sexo.

### **3.2 As mulheres “nas margens”**

O presente livro, *Nas Margens*, traz as mulheres como personagens centrais da obra de Natalie Davis, mas, como o próprio título sugere, não quaisquer mulheres, são aquelas que vivem na marginalidade da sociedade de seu tempo seja no sentido religioso, social ou até mesmo geográfico. A autora pretende, com sucesso, demonstrar como as mulheres do século XVII viviam em uma sociedade marcada pela submissão ao masculino, como já tratado anteriormente. Todavia, o fato de ela tentar dar voz a essas mulheres não significava que Davis as via como vítimas passivas de seu contexto, mas sim como personagens que tiraram o melhor da situação em que viviam, como, por exemplo, Glikl, a qual situou a si mesma e seu povo em um contexto social em que os judeus deveriam viver em guetos ou serem excluídos, segundo os cristãos. (DAVIS, 1997, p. 17)

Em torno de 1600, seguindo a ordem do livro, a judia Glikl bas Judah Leib, a católica Marie de l’Incarnation e a protestante Maria Sibylla Merian deixaram testemunhos importantíssimos que retratam a vida de três mulheres do mundo urbano que vivenciaram o nascimento do mundo moderno, visto da ótica de mulheres pertencentes a um mundo segregado, o qual colocava as mulheres longe dos centros formais de aprendizagem (DAVIS, 1997, p. 195). Para começar a entender as representações existentes no livro, iremos analisar, mesmo que brevemente, a história dessas três mulheres.

Glikl é a primeira personagem do livro, é uma judia que reside em Hamburgo, cidade da Alemanha, que no final dos anos 1600 escreve uma narrativa com elementos religiosos, para deixar lições a seus filhos e autobiográficas. A biografia judaica era carregada de um sentido de “testamento ético”, sendo uma “coletânea de preceitos morais e lições de sabedoria pessoal que os pais transmitiam à prole junto com instruções sobre seu enterro e partilha dos bens” (DAVIS, 1997, p.28), que é o que diferencia das cristãs, pois nestas o indivíduo escrevia como forma de um subproduto da Bíblia, com caráter religioso forte, pois “ao elaborar sua autobiografia confessional os judeus do século XVII adotaram como modelo não uma trajetória pessoal, mas a história do povo eleito de Iavé, a vida individual repetindo e recombinao o ritmo da Torá, dos pecados e dos sofrimentos do exílio”. (DAVIS, 1997, p. 29)

É importante como Davis analisa esse tipo de narrativa em seu livro, pois trata essas representações sociais no contexto limítrofe que os judeus viviam na cristã Hamburgo, trazendo, já nas primeiras páginas do capítulo de Glikl, a situação delicada a que ela estava sujeita em seu meio:

Como Glikl situou a si mesma e a seu povo num mundo em que, segundo os cristãos, os judeus deviam viver à margem ou em guetos ou simplesmente ser excluídos? E de que recursos culturais podia dispor uma mulher judia na Europa seiscentista – recursos que ela pudesse utilizar em seu proveito, que lhe fornecessem as notas capazes de fazê-la encontrar a própria voz? (DAVIS, 1997, p.17)

Em busca das respostas para essas questões é que entram as representações que Davis constrói dessa mulher, mostrando como ela foi destemida em um contexto em que todas suas ações eram limitadas e até mesmo poderiam o motivo de sua situação “marginal” ser acentuada. Como muitas mulheres de seu tempo, Leib não tinha formação erudita, tendo acesso a livros em ídiche somente, mas Davis relata no livro que ela sabia ler hebraico, língua que era predominantemente de sabedoria masculina e só teve acesso a isso através da religião, pois, mesmo que utilizando caracteres diferenciados para a leitura feminina, conhecido como “*Vayber Taytsh*” (*Taytsh* das mulheres), esse tipo de hebraico era ensinado para mulheres pelos rabinos para que pudessem redigir suas cartas e contratos comerciais, como o caso de Glikl (DAVIS, 1997, p. 31).

Natalie faz uma importante ressalva quando chega à conclusão de que seus conhecimentos linguísticos vieram do empenho pessoal de Glikl em aprender. Com isso, a autora pretende mostrar como a leitura e a escrita foram caminhos que a personagem

encontrou para se sobrepor ao seu tempo.

A segunda mulher que aparece no livro é Marie de l'Incarnation, que dialoga internamente com a história de Glikl, pois também tem uma experiência religiosa muito presente em sua vida e carrega elementos parecidos em relação ao medo de ser abandonada pelo filho e a afirmação do eu perante a vida em uma sociedade em que haviam abismos, sendo descrita por Davis como uma *femme forte*, a qual é uma imagem clássica bíblica utilizada por escritoras da França seiscentista e pelas religiosas (DAVIS, 1997, p. 66), imagem essa que representa Marie perante as outras freiras ursulinas após sua morte.

Todavia, sua visão, afirmada durante o capítulo dedicado a ela, é completamente cristã e católica, o que a diferencia do discurso de Leib, que era judia. Natalie Davis cita, em uma passagem do livro, que enquanto Glikl não conseguiu realizar o sonho de se mudar para Palestina, Marie não mediu esforços para sair da Europa e ir para o Canadá para difundir sua fé entre os que não eram cristãos.

Mesmo com suas diferenças, essas duas personagens ilustram três pontos importantes da análise de Davis: a importância da escrita, da linguagem e da autodescoberta na vida dessas mulheres. Essa última, no caso de Marie, foi a descoberta do outro também ao se mudar para a América. Marie nasceu em 1599 na cidade de Tours (DAVIS, 1997, p. 66) que era o centro eclesiástico e judiciário de sua região. Como Tours era uma cidade têxtil, Marie se casou com um fabricante de seda e com apenas dois anos de matrimônio, ficou viúva e com um filho. Natalie Davis dá voz às experiências vividas por Marie quando utiliza sua autobiografia como principal fonte, a qual foi escrita pela personagem quando estava no Canadá dedicada a seu filho. Essa obra tem semelhanças gigantescas com a de Glikl bas Judah Leib, pois, como citado anteriormente, Davis frisa como a pregação moral e religiosa era algo que elas deixaram para seus filhos como ensinamento:

Enquanto Glikl apenas sonhou em mudar-se para Palestina, Marie não mediu esforços para se transferir para o Canadá, distanciando-se da França de Richeleu, Mazarin, Colbert e seus reis. Enquanto Glikl nunca teve condições de tentar difundir sua fé ente não-judeus, Marie passou anos pregando a verdade cristã a povos cujas terras seus compatriotas tinham invadido. O modelo de madre Marie para relacionar-se com estranhos também diferia do modelo de Glikl, que sempre se manteve compreensivelmente vigilante. (DAVIS, 1997, p. 66)

No Canadá, Marie entrou para a ordem das Ursulinas, pois tinha a intenção de fundar um convento na América. Segundo Davis, Marie soube aproveitar bem as “brechas” deixadas pela Igreja pós Concílio de Trento (Contrarreforma) para as mulheres:

(...) a conquista da santidade vivendo no mundo como esposa e mãe viúva; e o desenvolvimento de uma vocação magisterial convivendo com celibatárias numa ordem nova. Marie percorreu esses caminhos ao máximo, aprimorando-se na disciplina ascética e na visão mística e depois, num apostolado heróico, levando ensinamentos a um lugar distante (DAVIS, 1997, p. 191).

Carregando os pensamentos acerca do trabalho feminino da época, Marie acreditava que era seu dever servir e ensinar, já que um dos únicos lugares permitidos para mulheres ensinarem e aprenderem eram em conventos na Europa seiscentista. Marie e o filho tinham ressalvas com o fato de mulheres poderem escrever livros, o que demonstra como isso era pouco frequente e não era aceito dentro da Igreja, porém ela nunca achou impedimentos reais para não o fazer.

Isso demonstra como há a naturalização de um discurso que já está impregnado na sociedade, a qual acredita na inferioridade feminina e faz com que essa violência simbólica seja tão forte que até as próprias mulheres acreditem em sua incapacidade. Mesmo que Marie tenha rompido com essas “fronteiras” e limitações, muito ela deixou de fazer devido a acreditar ter esses impedimentos.

Tal qual Glikl, Natalie Zemon Davis, em momento algum, vitimiza essas mulheres, mas sim explica como elas conseguiram essas realizações sem nunca ter tido uma educação erudita. Elas souberam, sem dúvida, aproveitar as oportunidades que existiam para as mulheres no âmbito religioso no que tange à educação. Pode-se compreender que tudo isso serviu para que elas ocupassem, segundo Davis (1997, p.122), seu espaço em seu tempo, espaço esse que foi aberto com o movimento de Contrarreforma, pois mulheres que pregavam, rezavam e lecionavam constituem uma dinâmica positiva na variante cristã.

Por último, mas não menos importante, Natalie Davis apresenta Maria Sibylla Merian, ela foi uma artista e naturalista, a qual nasceu em Frankfurt. Mulheres que iniciaram seus estudos na arte na era moderna eram, quase sempre, pertencentes a famílias de artistas e Maria tinha seu pai, Mathias Merian, que era artista e editor e a influenciou desde muito jovem a observar a natureza e a arte. Diferentemente de Glikl bas Judah Leib e Marie de l’Incarnation, Maria não deixou nenhuma autobiografia e Davis debruçou-se sobre outras fontes, como os livros deixados por ela.

Na contramão de outras mulheres do seu período, Merian casou-se, porém abandonou o marido e foi em busca de uma vida de religiosidade e paz em uma comunidade labadista. Todavia, essa experiência não durou muito tempo. Maria voltou para sua vida e prosseguiu

seus trabalhos, com duas filhas e separada. Não demorou muito para ela começar a ter renome, já havia publicado diversos livros sobre flores e insetos e era reconhecida entre os naturalistas. Esses feitos de Maria são importantes para o século XVII, período em que uma mulher sem instrução específica e nem viagens no seu currículo conseguia ocupar seu espaço e se sobressair em sua área, como cita Davis: “Merian foi uma pioneira: atravessou as fronteiras da instrução e do sexo para adquirir conhecimentos sobre insetos e criou as filhas ao mesmo tempo que observava, pintava e escrevia.” (1997, p. 146)

Maria viajou ao Suriname, viagem que resultou em sua obra *Metamorphosis* (Metamorfose), a qual foi muito aceita pelo público científico. Todavia, ela teve que romper barreiras para conseguir esse feito. Davis analisa no livro que nenhuma mulher ousava atravessar o oceano sem a companhia de um homem, o que a torna uma precursora nas margens de uma sociedade em que os limites femininos eram traçados no ambiente doméstico, onde a mulher “virtuosa e boa dona de casa” (DAVIS, 1997, p. 132) era o estereótipo que representa as visões acerca das mulheres no período.

Nesse capítulo do livro, Davis mostra que Maria, igualmente as outras duas personagens, fez um movimento religioso em busca do autoconhecimento, fornecendo base para a construção de seu trabalho e sua visão diferenciada de mundo. Maria Sibylla Merian não deixou nenhuma pintura de não europeus e nem retratos de pessoas em geral, mas fez diversos estudos sobre os “usos e rituais” das plantas medicinais, como por exemplo, quando ela fala dos seus estudos sobre “a harmonia do homem com a natureza” e o domínio orgânico das plantas (DAVIS, 1997, p. 142), o que a caracterizaria como praticante de bruxaria se ela não fosse tão próxima à ciência e deixasse isso claro em seus estudos.

A partir disso, compreende-se que a narrativa da história das mulheres utilizada por Davis é voltada a entender o mundo em que elas viviam e como sobreviviam, pois para a autora, o que permitia compreender as sociedades no passado “é estudando os profundos conflitos que existem entre as pessoas. Nestes, muito mais do que nas crenças que as pessoas compartilham, me parece se encontrar a chave para a identificação de períodos e de culturas.” (PALLARES-BURKE, 2000 p. 92). As mulheres em *Histórias de Perdão* e em *Nas Margens* são personagens que deixaram memórias para o tempo presente, que definem seu cotidiano, narrando a sociabilidade de uma época. Essas mulheres viveram as relações urbanas que construíram estruturas sociais complexas, as quais Davis representa de maneira muito sensível. Portanto, Natalie Zemon Davis elucida as representações das mulheres inseridas em uma realidade limitada, mas também demonstra como elas, em ambos os livros, moveram-se

nas marginalidades da sociedade de seu tempo e ela, com sucesso, resgata os papéis assumidos por elas enquanto sujeitos históricos, a partir dos discursos deixados por elas, dando voz a mulheres tão caladas pela História.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que os historiadores realmente querem dizer com o que escrevem? A partir desse questionamento, o que se torna importante na escrita da História são as formas de narrativas aplicadas, considerando a forma como as narrativas representam os eventos contidos nelas. Ao começar a falar de representações, precisamos levar em conta algumas premissas básicas que foram sendo concluídas ao longo dessa pesquisa.

O historiador, ao escrever um livro, artigo ou monografia faz uma pesquisa anteriormente, ou investigação histórica, fazendo uma teia de conhecimento sobre o passado o qual ele irá se remeter e escrever. Portanto, o historiador irá construir sua explicação sobre o assunto escolhido de forma que seja compreendida pelos seus leitores. Dessa forma, o historiador pode ser comparado a um contador de histórias, uma vez que ele seguirá uma ordem cronológica e conectará logicamente os fatos. Como diria Umberto Eco, a “intenção da obra” (*intentio operis*) é o que caracteriza a narrativa histórica, pois ela nada mais é que uma construção persuasiva, uma vez que as estratégias utilizadas pelas autoras e autores é construir um conteúdo que, de forma específica, chega ao final transmitindo as intenções ao leitor.

O debate sobre a legitimidade da narrativa historiográfica ainda não acabou, mas hoje não se questiona tanto o uso da imaginação do historiador como algo incompatível com a escrita histórica, mas mostra como a capacidade de inovação de alguns trabalhos históricos, como os de Natalie Davis, faz com que outros estudiosos sejam inspirados por essa diversidade de abordagens.

Com as mudanças historiográficas ocorridas na década de 1980, como já citado anteriormente, Natalie Zemon Davis é precursora ao pegar documentos sobre mulheres que não participaram da “grande História” e a partir disso contar fragmentos da história francesa entre os séculos XVI a XVII, que demonstram o nascimento do mundo urbano por meio da ótica da vida cotidiana e privada dessas mulheres. Essa busca historiográfica travada por Davis objetiva resgatar a memória dessas mulheres representadas por ela nos livros como sujeitos históricos ativos de seu tempo. “A manifestação da história, marcada pela memória, se estabelece através das diversas narrativas femininas” (MAIA; DOMINGUES, 2015, p. 14), ou seja, são os laços afetivos no âmbito familiar e social que constroem a cultura feminina, a qual interpassa pela construção da sociedade moderna.

Na análise das representações contidas nas Cartas de Remissão, Davis permeia entre o ficcional e o histórico, trabalhando com linguagens apelativas e a burocracia que existia na

França do século XVI. As representações que a autora faz das mulheres nesse livro nos mostram a dimensão simbólica da dominação masculina e a naturalização da submissão feminina, sendo escancaradas nas estratégias diferentes utilizadas por homens e mulheres nas cartas. A invisibilidade feminina é descortinada por Davis quando ela demonstra em sua análise como esses sistemas culturalmente expostos enfatizam os processos contidos nas cartas. Compreender o ser feminino presente nas narrativas de *Histórias de Perdão* é o que dialoga, intimamente, com *Nas Margens*. As mulheres nas *Cartas* e as três personagens do outro livro são um ótimo exemplo da micro história trabalhada por Natalie, ou seja, são histórias que são descentralizadas do cunho político, social e cultural que normalmente a historiografia se debruça.

A historiadora se move entre o macro e o micro durante os dois livros, mas em *Nas Margens* nota-se isso com maior significância, devido a ser um livro dedicado somente a essas três mulheres do século XVII. Estudar essas personagens nos leva a questões mais gerais dos anos 1600: representações das mulheres socialmente, religiosidade, colonialismo, etc. A trajetória dentro da micro história também nos remonta a aspectos mais específicos a partir de mulheres anônimas em seu tempo, mas que nos leva a uma história total. No decorrer da leitura, percebe-se como mulheres tão diferentes tinham tanto em comum entre si, pois Davis nos apresenta elas como mulheres que encontraram meios de agir em meio a um universo de possibilidades tão limitadas. Apesar do diálogo imagético traçado pela autora no prólogo do livro, tais mulheres nunca conseguiram se encontrar pessoalmente em sua época, todavia essa é uma estratégia muito positiva utilizada pela autora, pois subverte a lógica do texto acadêmico tradicional, fazendo com que elas dialoguem entre si em pelo século XX, levando o leitor e elas mesmas a entenderem o porquê de estarem juntas em um mesmo livro.

A relevância dessa proposta de trabalho encontra-se nesse contexto exposto acima, contribuindo para a compreensão da variedade de enfoques que as fontes podem ter para a História, afastando-se de documentos eruditos e oficiais. Dessa forma, essa análise feita é importante para compreendermos a construção da figura da mulher na modernidade e da forma como a autora as representa, tendo em vista os seus procedimentos científicos diferenciados.

Enfim, as representações do papel da mulher nos estudos de Natalie Davis, na Europa Moderna, pode ser sintetizada em como a autora confronta e integra as vozes das personagens que passaram longe da “grande História”, mostrando como o nascimento do período moderno pode ser explicado a partir das relações do cotidiano e da vida privada, demonstrando como as mulheres do século XVI e XVII saíram do seu lugar social comum à época, não sendo

representações de mulheres feministas ou heroínas a frente de seu tempo: todas tiveram as limitações que eram comuns em seu período histórico. As representações construídas pela autora trazem a concepção de que as mulheres possuem uma historicidade e são agentes históricos. Ao representá-las em seus livros, Davis critica a própria estrutura de como a História é escrita universalmente, e ela preenche lacunas sugerindo outras leituras possíveis acerca da História.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABU-LUGHOD, Lila. Writing against culture. In: R. FOX (ed.), **Recapturing Anthropology: Working in the Present**. Santa Fe: School of American Research Press, 1991, p. 137-162.

AGAMBEN, G. **Infância e história: destruição da experiência e origem da história**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

AQUINO, Ivânia Campigotto et al (Org.). **Língua, literatura, cultura e identidade: entrelaçando conceitos**. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2016.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral I**. São Paulo: Pontes, 1995.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A, 1989

BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2005.

CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir (Org.). **Representações: contribuições a um debate transdisciplinar**. Campinas, SP: Papirus, 2000

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia: a história entre as incertezas e inquietude**. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 2002.

DAVIS, Natalie Zemon. **Anthropology and History in the 1980s: The Possibilities of the Past**. *Journal of Interdisciplinary History*, 12(2):267-275. <http://dx.doi.org/10.2307/203028>

\_\_\_\_\_. **A Life of Learning: Charles Homer Haskins Lecture for 1997**. New York: American Council of Learned Societies, 1997.

Disponível em:  
[http://www.acls.org/Publications/OP/Haskins/1997\\_NatalieZemonDavis.pdf](http://www.acls.org/Publications/OP/Haskins/1997_NatalieZemonDavis.pdf). Acesso em: 02 de setembro 2019.

\_\_\_\_\_. **An e-mail interview with Martyn Lyons and Monica Azzolini**. *History Australia*, 2005.

\_\_\_\_\_. **Culturas do povo: Sociedade e cultura no início da França Moderna**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990

\_\_\_\_\_. **Descentering history: local stories and cultural crossings in a global world**. *History and Theory*, 2011 p. 188-202. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1468-2303.2011.00576.x>

\_\_\_\_\_. **Nas margens: três mulheres do século XVII**. São Paulo, Companhia das Letras, 1997

DELUMEAU, Jean. **A Civilização do Renascimento**.. Lisboa: Editora Estampa, v.1, 1984.

\_\_\_\_\_. **A Civilização do Renascimento**.. Lisboa: Editora Estampa, v.2, 1984.

DESAN, Suzane. Massas, comunidade e ritual na obra de E.P. Thompson e Natalie Davis. In: HUNT, L. (org.). **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

GINZBURG, Carlo. Provas e possibilidades. Posfácio à edição italiana de *O retorno de Martin Guerre*. In: GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros**. Verdadeiro, falso, fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HENDERSON Katherine; MACMANUS Barbara F. **Half Humankind: Contexts and Texts of the Controversy about Women in England 1540-1640**. Urbana and Champaign: University of Illinois Pres, 1985.

KRAMER, Heinrich; SPRENGER, James. **O martelo das feiticeiras**. 27ª ed. Rio de Janeiro: Record – 40 Rosa dos Tempos, 2015

MAIA, João; DOMINGUES, Claudia. **Narrativas do cotidiano: As mulheres constroem Histórias**. In: XXXVIII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 38., 2015, Rio de Janeiro. **Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação**. Rio de Janeiro: Intercom, 2015. p. 1 - 15. Disponível em: <<http://portalintercom.org.br/anais/nacional2015/resumos/R10-0885-1.pdf>>. Acesso em: 01 nov. 2019

MALERBA, Jurandir (Org.). **História & narrativa: a ciência e a arte da escrita histórica**. Petrópolis, Rj: Vozes, 2016.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia G. **As muitas faces da história**. São Paulo: Editora da Unesp, 2000.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

RÜSEN, Jörn. Reflexões sobre os fundamentos e mudanças de paradigma na ciência histórica alemã ocidental. In: NEVES, Abilio Afonso Baeta; GERTZ, René E. (Coord.) **A nova historiografia alemã - Diálogos Brasil - Alemanha nas Ciências Humanas**. Porto Alegre: Ed. Universidade - Ufrgs/Instituto Goethe, 1987.p. 14-39

\_\_\_\_\_. **Teoria da história: Uma teoria da história como ciência**. Editora UFPR. Paraná, 2014.

SERNA, Justo; PONS, Anaclét. **La historia cultural**. Madrid: Ediciones Akal, 2005

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e Urbanização**. Editora Contexto, São Paulo, 2001.

SWEEZY, Paul et al. **A transição do feudalismo para o capitalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

VIVES, Juan Lluís, **Instruction of a Christian Woman**. Chicago: University of Chicago Press, 2000.